

RELATÓRIO

**GESTÃO
ATUARIAL - 2021**

RELATÓRIO GESTÃO ATUARIAL - 2021

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Governador do Distrito Federal
Ibaneis Rocha

Vice-Governador do Distrito Federal
Marcus Vinícius Britto

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
Ney Ferraz Junior

Diretoria de Governança, Projetos e Compliance
Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretor Jurídico
Gustavo de Carvalho Araújo (Interino)

Diretor de Investimentos
Jefferson Nepomuceno Dutra

Diretor de Administração e Finanças
Paulo Ricardo Andrade Moita

Diretora de Previdência
Ledamar Sousa Resende

Unidade Atuária
Clara Daliane Silva da Costa

Diagramação
Unidade de Comunicação Social - UCS

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Dados Utilizados	6
3. Resultados	7
4. Conclusão	13

1. INTRODUÇÃO

Em observância aos requisitos do Ministério do Trabalho e Previdência e com intuito desenvolver uma gestão aprimorada para o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, que visa a obtenção do certificado no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017).

Elaboração deste relatório, tem intuito de evidenciar a evolução da massa segurada e dos resultados atuariais do IPREV/DF, com a prerrogativa de aplicar as melhores práticas de gestão nos RPPS.

2. DADOS UTILIZADOS

À vista disso, as informações envolvidas neste estudo são os dados demonstrados das Avaliações Atuariais relativas aos três últimos exercícios, comparadas as das receitas e despesas realizadas no mesmo período do ANEXO X – Metas Fiscais do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do Distrito Federal.

3. RESULTADOS

Com intuito de elucidar a base utilizada para este estudo são Avaliações Atuariais, destacamos informações relevantes:

- Na Avaliação Atuarial de 2019, que tem data base do estudo em 31/12/2018 constava somente os servidores ativos, aposentados e pensionistas no Plano Financeiro.
- Na Avaliação Atuarial de 2020, com data base 31/12/2019, servidores ativos, aposentados e pensionistas no Plano Financeiro e a incorporaram os novos servidores ativos para o Plano Previdenciário.
- Na Avaliação Atuarial de 2021 com data base 31/12/2020, servidores ativos, aposentados e pensionistas no Plano Financeiro e a os novos servidores ativos para o Plano Previdenciário.

Na tabela 1, apresentamos a evolução dos servidores ativos, aposentados e pensionistas segregados pelos planos, financeiro e previdenciário, coletados das informações advindas das Avaliações Atuariais 2019, 2020 e 2021. Desta feita, observa-se que nesta demonstração o referido Plano Previdenciário possui na estatística, somente participantes ativos, ou seja, não houve até a última Avaliação Atuarial, concessão de benefícios de aposentadorias e pensões atreladas neste plano.

Tabela 1: Evolução das estatísticas de servidores ativos, aposentados e pensionistas constante nas avaliações atuariais.

Avaliação Atuarial	Data Base	Ativo		Inativos		Pensionistas	
		Financeiro	Previdenciário	Financeiro	Previdenciário	Financeiro	Previdenciário
2019	12/2018	87.364	0	50.503	0	11.853	0
2020	12/2019	82.744	1.436	53.331	0	10.399	0
2021	12/2020	78.596	3.458	55.733	0	12.449	0

Fonte: Relatórios das avaliações atuariais 2019 (exercício 2018), 2020 (exercício 2019), 2021 (exercício 2020).

Na tabela (2), considera-se as informações advindas das avaliações atuariais de 2019, 2020 e 2021 e os valores estimados para suas receitas e despesas, por plano. Importante destacar, que foi considerado como:

- Receitas Previdenciárias: são todos os valores decorrente das contribuições do ente, contribuições dos participantes (servidores ativos, aposentados e pensionistas), a compensação Previdenciária e os rendimentos dos investimentos da carteira do fundo.
- Despesas Previdenciárias: são as concessões dos pagamentos de benefícios dos inativos, os benefícios de pensões e as despesas administrativas para manutenção do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF.

Tabela 2: valores estimados pela avaliação atuarial por ano e plano.

PLANO	CONTAS	AVALIAÇÃO ATUARIAL		
		AA 2019 – data base: 12/2018	AA 2020 – data base: 12/2019	AA 2021 – data base: 12/2020
Financeiro	Despesas previdenciárias	7.128.580.613,85	8.647.871.960,07	8.702.590.319,15
	Receitas previdenciárias	6.019.174.513,74	4.763.730.239,45	5.759.231.680,42
	Resultado previdenciário	-1.109.406.100,11	-3.884.141.720,62	-2.943.358.638,73
Previdenciário	Despesas previdenciárias	-	721.948,15	1.623.215,30
	Receitas previdenciárias	-	38.686.170,83	98.164.310,19
	Resultado previdenciário	-	37.964.222,68	96.541.094,89
Resultado Previdenciário		-	-3.846.177.497,94	-2.846.817.543,84

Fonte: Relatórios das avaliações atuariais 2019 (exercício 2018), 2020 (exercício 2019), 2021 (exercício 2020).

O Plano Financeiro está fechado, não há possibilidade de entrada de novos servidores, diante disso, a tendência é de diminuição dos servidores ativos e o crescimento dos benefícios de aposentadorias e pensões. Conforme esta realidade se concretiza, apresenta-se uma queda na arrecadação das receitas e uma ascensão do passivo financeiro e atuarial deste plano.

O Plano Previdenciário, após a reorganização decorrente ao Lei Complementar nº 932/2017, reiniciou com os novos entrantes em 2019, devido a operacionalização e aprovação pelo órgão fiscalizador em 27/02/2019 da DF-Previcom (Regime de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal) com o início da vigência a partir de 01/03/2019 para a adesão dos novos servidores do Governo do Distrito Federal, isto reflete, que há uma inclinação para o aumento da arrecadação de contribuições previdenciárias nos próximos anos e por enquanto não houve, até a última avaliação atuarial, concessão de benefícios decorrente a fase inicial do plano.

Outra situação pontuada neste período, foi a adequação das alíquotas de contribuições devido a publicação da Lei Complementar nº 970, de 08 de julho de 2020, que estabelece regras do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, de acordo com a Emenda

Constitucional nº 103, de 2019, a aplicação das novas alíquotas teve início em novembro/2020 para as contribuições patronal e dos servidores ativos. Os inativos e pensionistas tiveram a aplicação das novas alíquotas postergadas para o mês de janeiro/2021.

Nos termos da Lei Complementar nº 970/2020, o custeio passou de 11% para 14% da contribuição dos servidores ativos e de 22% para 28% para a contribuição patronal e desta forma, naturalmente, ocorreu um incremento das receitas em consequência da alteração legislativa.

No caso dos inativos e pensionistas foi instituída uma alíquota progressiva, sendo que até um salário mínimo os proventos são isentos, acima de um salário mínimo e até o teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS vigente ocorre a aplicação de 11% de contribuição e acima do teto do RGPS a aplicação da alíquota fixada em 14%.

A tabela 3 que origina-se do ANEXO X – metas fiscais do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relaciona as receitas e despesas previdenciárias que foram executadas, sendo assim, ao comparar os dados com a mesma data base, utilizou-se o RREO exercício 2018 com a Avaliação Atuarial 2019.

Tabela 3: valores executados no (RREO), pelo por ano e plano.

PLANO	CONTAS	ANEXO X – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
		12/2018	12/2019	12/2020
Financeiro	Despesas previdenciárias	4.259.386.828,42	4.456.177.489,02	4.020.194.919,43
	Receitas previdenciárias	3.657.164.478,94	3.757.610.164,06	3.235.467.334,86
	Resultado previdenciário	-602.222.349,48	-698.567.324,96	-784.727.584,57
Previdenciário	Despesas previdenciárias	0,00	0,00	0,00
	Receitas previdenciárias	7.011,34	12.999.090,60	62.567.539,43
	Resultado previdenciário	7.011,34	12.999.090,60	62.567.539,43
Resultado Previdenciário Total		-602.215.338,14	-685.568.234,36	-722.160.045,14

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, (exercício 2018), (exercício 2019), (exercício 2020).

No atual cenário o Plano Financeiro no qual atua como Regime de Repartição Simples, apresenta um contexto de aproximação da maturidade da sua população, enquanto o Plano Previdenciário atua como Regime Capitalizado em fase inicial. Por esse motivo, as contabilizações dos dados são apresentadas de forma segregadas.

Quanto a disparidade dos valores executados entre os planos é explicada pela quantidade de servidores ativos, inativos e pensionistas que tem no Plano Financeiro. A Avaliação Atuarial de 2019 registrou no Plano Financeiro um total de 149.720 participantes (servidores ativos, inativos e pensionistas) enquanto que no plano previdenciário não tinha nenhum participante devido a reorganização do regime próprio. Há um resquício receitas de R\$ 7.011,34 no RREO de 2018 no fundo do Plano Previdenciário fase anterior a reestruturação do Regime Próprio no final de 2017.

Na Avaliação Atuarial de 2020, houve a entrada de servidores ativos no Plano Previdenciário totalizando 1.436 participantes, e no Plano Financeiro o somatório total de servidores ativos, inativos e pensionistas foi de 146.474.

Na Avaliação Atuarial de 2021, levantou-se a estatística total de 146.778 participantes no Plano Financeiro e no Plano Previdenciário apresentou uma elevação para 3.458 servidores ativos (novos entrantes e migração de regime).

Vale ressaltar que as despesas previdenciárias do Plano Financeiro têm a tendência de crescimento em detrimento das receitas, por causa das saídas dos servidores ativos.

No Plano Previdenciário, há uma inversão em comparação ao Plano Financeiro, na fase inicial, existe uma acumulação dos recursos referente a entrada de servidores, a capitalização dos recursos aportados e a inexistência temporária da concessão de benefícios.

O estudo comparativo entre evolução das receitas e despesas estimadas nas avaliações atuariais e as efetivamente executadas constantes no ANEXO X – metas fiscais do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), o escopo apresentado na tabela 4, que combinam os valores exibidos nas tabelas 2 e 3 para melhor visualização dos resultados por plano.

Tabela 4: Comparativo de receitas e despesas estimada e executada pelo plano financeiro.

Avaliação Atuarial	Data base	Despesas			Dif.	Receitas		
		Estimadas	Executadas			Estimadas	Executadas	Dif.
2019	12/2018	7.128.580.613,85	4.259.386.828,42	-40,2%	6.019.174.513,74	3.657.164.478,94	-39,2%	
2020	12/2019	8.647.871.960,07	4.456.177.489,02	-48,5%	4.763.730.239,45	3.757.610.164,06	-21,1%	
2021	12/2020	8.702.590.319,15	4.020.194.919,43	-53,8%	5.759.231.680,42	3.235.467.334,86	-43,8%	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (Executadas) e Relatório Avaliação Atuarial (Estimadas)

Ao confrontar as despesas executadas e estimadas referente ao Plano Financeiro ao longo do período, observa-se que os valores executados são menores que os estimados nos seguintes patamares, respectivamente: -40,2%, -48,5% e -53,8%.

Quando correlacionado com o crescimento de benefícios concedidos (aposentadorias e pensões). Assim, o impacto de conservadorismo nos fluxos tende a onerar significativamente as estimativas, em decorrência da utilização das hipóteses e premissas que foram necessárias nos ajustes das bases de dados utilizadas quando da elaboração dos estudos atuariais.

Na situação das receitas efetivamente executadas, essas são menores que as estimadas, respectivamente: -39,2%, -21,1%, -43,8%. Como as contas estimadas são superiores as realmente executadas, o custo efetivo realizado é menor do que o projetado. Como o Plano Financeiro está se aproximando da maturidade irá apresentar a tendência de saídas de ativos para algum tipo de benefício de aposentadoria e pensão, levando uma redução de receitas.

Tabela 5: Comparativo de receitas e despesas estimada e executada pelo plano previdenciário.

Avaliação Atuarial	Data base	Despesas		Diferença	Receitas		Diferença
		Estimadas	Executadas		Estimadas	Executadas	
2019	12/2018	-	0,00	-	-	7.011,34	-
2020	12/2019	721.948,15	0,00	-	38.686.170,83	12.999.090,60	-66,4%
2021	12/2020	1.623.215,30	0,00	-	98.164.310,19	62.567.539,43	-36,3%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (Executadas) e Relatório Avaliação Atuarial (Estimadas)

Na tabela 5, observa-se que o Plano Previdenciário passou a ter novos entrantes somente a partir de 01/03/2019. Desta data em diante, iniciou-se as estimativas de receitas e despesas nas Avaliações Atuariais de 2020 e 2021 no plano em comento.

Observa-se ainda, que como não houve benefícios concedidos de aposentadoria e pensões para este plano nas datas bases de 2019 e 2020, sua execução de despesas consta como zerada.

Entretanto, imperioso ressaltar, que no cálculo atuarial das datas bases 2019 e 2020, constam as despesas estimadas, em decorrência da análise criteriosa em que foi adotada por esta Unidade. Esta UAT fundamentou sua análise de risco, na metodologia ortodoxa, que evidenciou a existência da probabilidade de concessão de benefícios associados a este plano.

Assim, muito embora o risco possa ser visto como baixo, é imprescindível a demonstração e o levantamento destes números aos dirigentes deste Instituto

As análises comparativas ficam inviabilizadas para as despesas executadas e estimadas neste período, devido a impossibilidade de alcançar as diferenças percentuais. As receitas estimadas e executadas, tem diminuído a diferença percentual. Ressaltamos que o Plano Previdenciário está em fase inicial onde a uma tendência exponencial nas entradas (receitas) e o método de apuração está mais adequado.

Tabela 6: Comparativo dos Resultado Previdenciário Total RREO X Avaliação Atuarial – Ambos os planos

Plano	Contas	ANEXO X – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS x AVALIAÇÃO ATUARIAL		
		Data base 12/2018	Data base 12/2019	Data base 12/2020
		Financeiro	Resultado executado	-602.222.349,48
Resultado estimado	-1.109.406.100,11		-3.884.141.720,62	-2.943.358.638,73
Diferença	-45,7%		-82,0%	-73,3%
Previdenciário	Resultado executado	7.011,34	12.999.090,60	62.567.539,43
	Resultado estimado	-	37.964.222,68	96.541.094,89
	Diferença	-	-65,7%	-35,2%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO X Avaliações Atuariais.

Na tabela 6, demonstra-se a evolução do resultado (receitas - despesas) por exercício e por plano, confrontando os dados do RREO e da Avaliação Atuarial.

Preliminarmente, para melhor entendimento dos números apurado acima, trazemos o conceito de que: **resultado executado** é um número puramente financeiro já contabilizado, enquanto que o **resultado estimado** é composto pela aplicação probabilística (atuarial –

financeira), o risco associado a concessão de benefícios ou não, por parte dos participantes vinculados ao referido plano.

Informações pertinentes:

- O Plano Financeiro tem as diferenças percentuais respectivamente de -45,7%, -82,0%, -73,3%.
- O Plano Previdenciário tem as diferenças percentuais respectivamente de -65,7%, -35,2%.

Inicialmente, é necessário esclarecer que estas últimas Avaliações Atuariais foram elaboradas por empresas distintas, com sistemas de cálculos (software) e metodologias de apuração do custeio diferentes, o que gerou impacto na apuração dos valores.

Os diferenciais percentuais comparados do Plano Financeiro e Plano Previdenciário para as Avaliações atuariais de 2020 e 2021, declinaram os resultados, apresentando uma aproximação dos valores. A melhor técnica e robustez, tenderá a redução destes diferenciais.

Diante de todo cenário apresentado, salientamos que a Unidade de Atuária vem desenvolvendo um plano de trabalho que visa a melhoria contínua dos processos atuariais, como revisão de todas as etapas inerente ao relatório de Avaliação Actuarial, implementação de novas rotinas, criando assim, um fluxo de trabalho e métodos constantes para a apuração cada vez mais robusta dos cálculos atuariais deste Instituto.

4. CONCLUSÃO

No panorama geral percebe-se que o Plano Previdenciário está posicionado em fase inicial com um fluxo financeiro e atuarial da sua população, por isso que os valores comparados não foram viáveis. O Plano Financeiro está em processo de maturação, por isso a disparidade é mais acentuada. A unidade de atuária está estabelecendo diretrizes para desenvolver um modelo mais robusto para as futuras avaliações, que melhore as entradas e as saídas das informações que gerem as projeções mais alinhadas aos valores executados. Uma base de dados fraca e/ou com inconsistências causará vieses na análise, dada a necessidade de adoção de hipóteses conservadoras, causando aumentos nos custos do sistema.

Conforme o §1º do art. 15, da Portaria nº 464/2018, o atuário deverá descrever e atestar, no Relatório da Avaliação Atuarial, as hipóteses utilizadas no cálculo, indicando aquelas de maior impacto para o resultado atuarial do RPPS. Observa-se que o impacto na gestão atuarial é mínimo, nesta situação, já que todos os cálculos atuariais visam a demonstração de um resultado seguro para os participantes do sistema previdenciário.

Os resultados indicam zelo nas projeções e os valores executados estão dentro dos parâmetros dos valores estimados, tanto do Plano Financeiro quanto do Plano Previdenciário. No aspecto técnico demonstram-se claramente a prudência e conservadorismo que sempre devem nortear estudos de natureza atuarial. Perante os elementos estudados neste trabalho, concluímos que as avaliações atuariais realizadas para os fundos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF foram elaboradas de forma criteriosa, com cautela e efetividade.



INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES
DO DISTRITO FEDERAL



VISÃO

Ser reconhecido, por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal.



VALORES

Integridade, confiabilidade, sustentabilidade e transparência.



MISSÃO

Trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível aos contribuintes.

Conheça mais em
www.iprev.df.gov.br

